

LEITURAS DE ÉMILE BENVENISTE

Organizadores:
Heloisa Monteiro Rosário
Sara Luiza Hoff
Valdir do Nascimento Flores

2022

1ª edição

Porto Alegre

editora
ZO
UK

Conselho Editorial

Cristiane Tavares – Instituto Vera Cruz/SP
Daniela Mussi – UFRJ
Idalice Ribeiro Silva Lima – UFTM
Joanna Burigo – Emancipa mulher
Leonardo Antunes – UFRGS
Lucia Tennina – UBA
Luis Augusto Campos – UERJ
Luis Felipe Miguel – UnB
Maria Amelia Bulhões – UFRGS
Regina Dalcastagnè – UnB
Regina Zilberman – UFRGS
Renato Ortiz – Unicamp
Ricardo Timm de Souza – PUCRS
Rodrigo Saballa de Carvalho – UFRGS
Rosana Pinheiro Machado – Universidade de Bath/UK
Susana Rangel – UFRGS
Winnie Bueno – Winnieteca

2022 © Heloisa Monteiro Rosário; Sara Luiza Hoff e Valdir do
Nascimento Flores

Projeto gráfico e edição: Editora Zouk

Revisão: Tatiana Tanaka

Capa: Heloisa Monteiro Rosário

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
de acordo com ISBD
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410**

L533

Leituras de Émile Benveniste [recurso eletrônico] : estudos sobre
literatura brasileira moderna / organizado por Heloisa Monteiro Rosário,
Sara Luiza Hoff, Valdir do Nascimento Flores. - Porto Alegre : Zouk, 2022.
212 p. ; ePUB.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5778-096-1 (Ebook)

1. Linguística. I. Rosário, Heloisa Monteiro. II. Hoff, Sara Luiza. III.
Flores, Valdir do Nascimento. IV. Título.

2023-132

CDD 410

CDU 81'1

Índice para catálogo sistemático:

1. Linguística 410
2. Linguística 81'1



direitos desta edição reservados à

Editora Zouk

Av. Cristóvão Colombo, 1343 sl. 203

90560-004 – Floresta – Porto Alegre – RS – Brasil

f. 51. 3024.7554

www.editorazouk.com.br

VII - Análise textual à luz da teoria benvenistiana: uma reflexão sobre o tempo verbal

Alena Ciulla (UFRGS)
alenacs@gmail.com

1. Introdução

A partir, principalmente, do texto “As relações de tempo no verbo francês”, a proposta deste estudo é pensar os “modos de linguagem” de Benveniste como categorias de análise textual. Contudo, diferentemente do que foi feito em Ciulla (2020), a ideia não é aplicar tais categorias em análises de textos para “confirmar” a proposta de Benveniste, observando as marcas do tempo verbal nos textos do português e seus efeitos de sentido. Pois isso seria repetir uma certa tradição hermenêutica de análise de textos que se ocupa do texto como produto. Embora esse seja um método válido de análise, que acrescenta aos estudos sobre a sociedade, não acrescenta tanto às teorias da linguagem, no que diz respeito ao funcionamento das línguas.

É justamente este o meu interesse: o que encaminho aqui é uma análise de um aspecto do funcionamento dos textos e não do sentido de textos particulares em que tais aspectos entram em jogo.

Neste trabalho, então, o intuito é compreender o fenômeno sugerido por Benveniste, que ele observa especialmente no francês, mas ao mesmo tempo aponta como um princípio da linguagem, que diz respeito a uma certa organização das formas verbais que propiciam diferentes efeitos de sentido para os enunciados e, conseqüentemente, para os textos.

Alguns aspectos da reflexão de Benveniste serão retomados, apenas aquilo que eu considero importante para mostrar que tipo de análise textual pode ser feito a partir dessa proposta. Ou, mais humildemente, o intuito é assinalar o tipo de análise que não é compatível com essa proposta e, ainda, apontar para aquilo que se perde do esforço de Benveniste nesta reflexão tão rica e complexa, ao considerar os planos discursivo e histórico apenas como modos de textualização.

Como sabemos, o autor questiona o paradigma verbo-temporal das gramáticas e mostra que as divisões tradicionais em presente, passado e futuro,

típicas das gramáticas latinas, e mesmo as categorias verbais de modo e aspecto não explicam a realidade do emprego nem são suficientes para organizar o conjunto de formas pessoais dos verbos. Nas palavras do autor:

O conjunto das formas pessoais do verbo francês é tradicionalmente distribuído entre certo número de paradigmas temporais denominados *presente*, *imperfecto*, *passado definido*, etc. e estes por sua vez se distribuem segundo as três grandes categorias de tempo, presente, passado, futuro. Essas divisões, incontestáveis no seu princípio, permanecem entretanto longe das realidades de emprego e não são suficientes para organizá-las. Não encontramos apenas na noção de tempo o critério que decidirá a posição ou mesmo a possibilidade de uma forma dada no seio do sistema verbal. Como saber, por exemplo, se *il allait sortir* [= “ele ia sair”] pertence ou não ao paradigma de *sortir*? Em virtude de qual classificação temporal se deverá aceitá-lo ou rejeitá-lo? (BENVENISTE, 2005, p. 260, grifos do autor).

A chave da resposta a essas questões, em Benveniste, são as relações que as formas verbais estabelecem com a categoria de pessoa. O que não surpreende – depois que entendemos isso em Benveniste, é claro: o artigo de que tratamos está na quinta parte do *Problemas de linguística geral I*, que se chama “O homem na língua”. Essa inserção condiz com uma ideia geral que se pode depreender desse texto de 1959, que é o de que a temporalidade dos verbos é uma manifestação do homem na língua e só existe por essa manifestação.

Podemos dividir o texto “As relações de tempo no verbo francês” em duas partes. Na primeira, Benveniste mostra, entre outras coisas, que as diversas formas verbais não expressam sempre o tempo cronológico dos calendários e relógios, da realidade objetiva, como estamos inclinados a pensar, quando ouvimos a palavra “tempo”. Na segunda parte, Benveniste mostra que nem todas as formas verbais expressam tempo, mas têm outras funções.

2. A primeira parte: formas temporais e planos de enunciação

A questão do tempo fica mais evidente se seguirmos o raciocínio do autor para o sistema verbal do francês, em que se distinguem dois passados: o composto e o simples. Colocando em cotejo o *passé composé* (*pc*) e o *passé simple* (*ps*), Benveniste explica: na interpretação tradicional, seriam duas variantes da mesma forma, *grosso modo*, uma para a escrita formal, outra para a fala. Contudo, não é assim que o uso dessas formas se verifica. O *ps* não indica um passado em relação ao enunciador, mas sim um passado “absoluto”, cumpre

com uma intenção histórica, de relatar fatos objetivos. Sob essa perspectiva, o *ps* não cumpre, então, uma função temporal, mas estabelece fatos ocorridos, serve para relatar ações acontecidas numa cronologia não ancorada no atual tempo do locutor. Já o *pc*, tempo pretérito composto do francês, estabelece uma ação no passado em relação a quem enuncia. O passado que se expressa por essa forma é sempre o passado de quem a emprega, no momento em que a emprega. O *ps* e o *pc* não concorrem, então, pois, do ponto de vista enunciativo, têm funções diferentes.

As conjugações não reúnem formas diferentes sob um mesmo tema, mas, para Benveniste, distribuem-se em dois sistemas distintos e complementares, que são os planos *discursivo* e *histórico*. “Pela escolha dos tempos do verbo, o discurso distingue-se nitidamente da narrativa histórica” (BENVENISTE, 2005, p. 268). Como exemplo da enunciação no plano histórico, Benveniste traz excertos de um livro de história grega e de literatura de ficção, em que “os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos. O tempo fundamental é o aoristo, que é o tempo do acontecimento fora da pessoa de um narrador” (BENVENISTE, 2005, p. 267). Quanto ao plano discursivo, trata-se de toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte, como os comentários, as comparações, as autobiografias, as traduções e todo texto que servir de testemunho dos acontecimentos narrados, mudar de tom, multiplicar os pontos de vista, ou seja, manifestar a relação de pessoa no enunciado.

É por essa reflexão que Benveniste associa, então, as posições enunciativas que o locutor pode assumir e os diferentes planos que são alternados em decorrência dessas posições. Ora o locutor manifesta a sua posição em relação ao enunciado, configurando assim o *plano discursivo*, ora o locutor manifesta o propósito histórico naquilo que enuncia, configurando o *plano histórico*. No plano histórico, “trata-se da apresentação dos fatos sobrevividos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa”, isto é “são registrados e enunciados numa expressão temporal histórica, estão caracterizados como passados. A intenção histórica constitui realmente uma das grandes funções da língua” (BENVENISTE, 2005, p. 262).

Projetando essa proposta para as línguas em geral, a primeira coisa que se observa é que os sistemas verbais das línguas não coincidem. No português, não temos um aoristo, que proscreve o plano discursivo, por exemplo. Nem no alemão, nem no inglês. Assim, o que destaco aqui, em primeiro lugar, não são as formas verbais que são empregadas, mas os princípios que regem as relações entre as formas e que revelam que a noção de tempo verbal é tributária da relação de pessoalidade. Como cada língua, e o português em especial, se

organiza sob esse aspecto, este é um estudo ainda a ser feito. No entanto, para fundar este estudo, apoiando-me também em Grumbach (1977), talvez já se possa afirmar que o *ps*, por ser excluído do discurso, no francês, é um fenômeno específico. E a colocação de que todas as formas que remetem à enunciação não configuram o plano histórico pode ser uma hipótese de linguística geral.

3. A segunda parte: as funções de indicar ações acabadas e de indicar anterioridade

Ao tratar das relações entre tempos simples e compostos, Benveniste salienta outras funções das formas verbais, para além da alternância entre os diferentes planos. Trata-se da expressão da noção de ação acabada e da noção de anterioridade. Após minuciosa listagem dos tempos simples e compostos do francês, o autor apresenta a correlação que explica as duas funções dos tempos compostos. A primeira diz respeito à expressão de perfeito (ação acabada) que todos os tempos compostos oferecem aos tempos simples. A segunda diz respeito à noção de anterioridade que os tempos compostos indicam sempre e somente em relação ao tempo simples correlativo. Assim, por exemplo, o par *il a corru* e *il corrut*: ainda que sejam duas formas verbais de passado, o primeiro é efetivamente temporal, evocando o plano discursivo, enquanto o segundo, no aoristo, coloca o enunciado no plano do histórico. Além disso, *il a corru*, em relação a *il court*, fornece o seu correlativo no perfeito, dando a noção de ação acabada.

Por fim, para ilustrar a função de anterioridade que a forma composta possibilita expressar, citamos o exemplo de *Quand il a écrit une lettre, il l'envoie*, para o anterior de presente, e *Quand il eut écrit une lettre, il l'envoya*, para o anterior de aoristo.

As formas verbais se organizam, então, para compor um sistema em que se correlacionam as funções de indicar ação acabada, anterioridade e passado ou presente, sempre em relação a quem fala.

4. A falsa correspondência dos mundos narrado e comentado

Por esta breve retomada da descrição da ossatura do sistema verbal francês feita por Benveniste, já se pode desconfiar de uma simplificação, como a que faz Weinrich (1973) ao propor pensar o texto sob o ponto de vista do *erzählte Welt* e do *besprochene Welt*, por mais sedutor que pareça. O mundo objeto da narrativa (*erzählte Welt*) seria um desenvolvimento do que Benveniste

propôs como plano histórico, mas Weinrich define os enunciados desse mundo como um convite a entender o que é dito de maneira mais distante, já que a intervenção do ouvinte não é imediatamente solicitada. No mundo objeto de comentário (*besprochene Welt*), em claro paralelo ao plano discursivo, de Benveniste, o que é dito deve ser interpretado como algo a reagir mais imediatamente. Destaco que a proposta de Weinrich visa aos enunciados, enquanto Benveniste propõe pensar modos de linguagem, no que se distinguem já nitidamente. Além disso, o tempo, para Weinrich, passa a ser um indicador, pela estatística e frequência, de uma certa visada, entre tipos de textos, entre a narrativa e o comentário.

Até aqui apontamos para deslocamentos de Weinrich, que poderiam não comprometer a reflexão. Contudo, tais deslocamentos dão margem para equívocos. É importantíssimo ressaltar, em primeiro lugar, que a narrativa não fica restrita ao plano histórico, como vários divulgadores, não apenas Weinrich, e inclusive antes dele, fizeram parecer. É o próprio Benveniste quem alerta para a coexistência de duas maneiras de construir narrativas que o sistema temporal do francês permite:

Falamos sempre dos tempos da “narrativa histórica” para evitar o termo “tempos narrativos” que causou tanta confusão. Nas perspectivas que traçamos aqui, o aoristo é um “tempo narrativo”, mas o perfeito pode também ser um, o que obscureceria a distinção essencial entre os dois planos de enunciação (BENVENISTE, 2005, p. 268).

Os dois planos de enunciação têm modos de narração, um no passado histórico, outro no passado temporal, propriamente, pois evoca a relação de pessoa. Os planos não distinguem, então, modos de textualização, mas posições enunciativas. Na perspectiva de Benveniste que trazemos aqui, trata-se, como bem observam Revaz, Lugrin e Adam (1998), “de fatos de uma outra amplitude, a saber, as posições enunciativas do sujeito falante com relação ao seu dizer em todas as formas de textualização”.

Um outro ponto dissonante entre Weinrich e Benveniste diz respeito ao fato de que o autor alemão considera a alternância dos mundos, entre o *erzählte* e o *besprochene* (mal traduzido por *mundo comentado*, ao passo que o termo está mais próximo de *discussão, debate*), como uma “atitude do locutor”. Ora, Benveniste não evoca em nenhum momento uma visada psicologizante da questão. Sua perspectiva é a daquilo que está disponível na língua, e não do emprego particular que cada um faz desses recursos.

Revaz, Lugrin e Adam (1998) criticam também a insistência na divisão binária, entre um plano e outro, estabelecida por Benveniste (2005) e que Weinrich (1973) acompanha. Sob o ponto de vista que defendo aqui, o aspecto a criticar, no entanto, não é a divisão binária e, sim, o fato de que Weinrich a tomou para propor a formulação de dois modos estanques de textualização. Para Benveniste (2005 [1959]), os dois planos estão em distribuição complementar, e não em oposição. Além disso, para o autor,

o historiador, por exemplo, reproduz as palavras de um personagem ou intervêm, ele próprio, para julgar os acontecimentos referidos, se passa a outro sistema temporal, o do discurso. O próprio da linguagem consiste em permitir essas transferências instantâneas (BENVENISTE, 2005, p. 267).

Com essa passagem, e ainda em outras (como a do exemplo do texto de Camus), Benveniste deixa claro que o usual da linguagem é a fluida passagem de um plano a outro. Uma outra evidência da posição de Benveniste sobre o problema aparece quando menciona a questão do discurso indireto, que repousa sobre a combinação dos dois planos de enunciação:

A enunciação histórica e a do discurso podem, conforme o caso, conjugar-se num terceiro tipo de enunciação, no qual o discurso é referido em termos de acontecimento e transposto para o plano histórico; é o que comumente se chama *discurso indireto*. As regras dessa transposição implicam problemas que não serão examinados aqui (BENVENISTE, 2005, p. 267, grifo do autor).

Assim, a principal crítica que sustentamos aqui é a de que a confusão do plano histórico com a narrativa (iniciada por Genette e sacramentada por Weinrich e todos os que se seguiram) enfraquece o princípio fundamental da visada dos planos histórico e discursivo como dois modos de se colocar na linguagem: um que tende a uma posição que se apresenta como objetiva e outro que é uma posição de subjetividade declarada. Assim, se empregam as formas do plano histórico, quando essa organização é necessária, quando não se pode manifestar a certeza do cálculo, quando há a necessidade da evidência. Por outro lado, quando há lugar para o debate, ao testemunho ou à opinião, empregam-se as formas do discurso. Contudo, os planos se atravessam, porque “a passagem constante entre os dois registros é um caráter dominante da linguagem” (ARRIVÉ, 1997).

Outro ponto obscurecido por uma visão binarista de modos de textualização e que está na origem da reflexão de Benveniste é algo que,

contraditoriamente, pode efetivamente ajudar a pensar o texto, que é *como se pode narrar no ps e no pc*? A pergunta geral, que pode ser aplicada a cada língua, seria: como se pode narrar no modo histórico e no modo discursivo?

Aqui, sim, a reflexão ganha a amplitude da organização textual. Não se trata de associar modos de textualização aos planos histórico e discursivo, mas de observar como as formas verbo-pessoais orquestram a organização temporal dos textos, manifestando diferentes posições enunciativas (para narrar, descrever, argumentar etc.).

5. O tempo presente

Benveniste concebe o tempo presente como pivô da temporalidade linguística, conforme podemos atestar pela seguinte passagem:

A marca temporal do presente só pode ser interior ao discurso. O *Dictionnaire général* define o presente como “o tempo do verbo que exprime o tempo em que se está”. Devemos tomar cuidado; não há outro critério nem outra expressão para indicar “o tempo em que se está” senão tomá-lo como “o tempo em que se fala”. Este é o momento eternamente “presente”, embora não se refira jamais aos mesmos acontecimentos de uma cronologia “objetiva”, porque é determinado cada vez pelo locutor, para cada uma das instâncias de discurso referidas. O tempo linguístico é sui referencial. Em última análise, a temporalidade humana, com todo o seu aparato linguístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem (BENVENISTE, 2005, p. 289).

O ponto que debatemos é sobre o suposto silêncio de Benveniste no que diz respeito ao presente histórico, que contrariaria a sua tese. Aprofundando o raciocínio, na esteira de Arrivé (1997), percebemos que Benveniste foi econômico nas suas explicações, porém não negligente. De fato, o presente – e não apenas o presente dito histórico – não coincide quase nunca com o presente do locutor.

Benveniste (2005, p. 302) observa que a coincidência acontece apenas no caso dos verbos performativos, na primeira pessoa, como em *eu te prometo que virei*, em que a ação de enunciar e o ato enunciado se fundem. Em todas as outras situações há uma discrepância, maior ou menor, entre a duração da ação descrita e a de enunciá-la. Alguns exemplos disso são, em português, para o futuro próximo: *saio amanhã para Florianópolis*; ou, em francês, para o passado recente: *j'arrive à l'instant de Paris*. Sobre isso, Arrivé (1997) conclui:

O presente do locutor não se limita a um ponto, nem mesmo ao breve segmento de tempo que necessita a produção material do enunciado. O presente transborda por todos os lados aquilo que o sujeito toma como ainda presente (o passado recente) ou como já presente e ou inelutável (o futuro próximo) (ARRIVÉ, 1997, p. 3).

A questão é que o presente histórico permaneceria, aparentemente, inexplicado, pois não pode ser considerado imediatamente contemporâneo da instância enunciativa. Contudo, mesmo que brevemente, Benveniste (2005, p. 271) se coloca sobre esse ponto, ao afirmar “Não falamos, aqui, naturalmente, do ‘presente histórico’ das gramáticas, que é apenas um artifício de estilo”. Para Arrivé (1997), a atitude de Benveniste é a de remeter o presente histórico às margens da língua, e o “artifício de estilo” seria uma metáfora enunciativa que expressa que a totalidade da instância enunciativa é, neste caso, por artifício, deslocada, metaforizada em passado, daí o efeito incontestável de presentificação do passado que se obtém.

A constatação geral a que se pode chegar aqui é que se emprega o presente em situações em que se visa a um efeito sobre o presente do locutor.

6. Considerações finais

Vimos algumas abordagens que não são compatíveis com a proposta de Benveniste e que muitas vezes obscurecem a contribuição da reflexão sobre aspectos importantes para sustentar um estudo do sistema temporal das línguas. Recalculando, a partir desses problemas, a tese de Benveniste sobre as relações de tempo expressas nas formas verbais, retornarmos à nossa, de pensar essas categorias à luz do seu efeito nos modos de enunciar que estão disponíveis aos falantes para que (re)construam seus textos, conforme suas necessidades. De fato, já é o que Benveniste faz: observamos que a motivação de sua reflexão no texto de 59 é o fato de que a gramática tradicional não fornece uma explicação satisfatória para as *realidades de emprego* dos tempos verbais. Ora, as realidades de emprego das formas da língua são a língua em funcionamento em situações concretas, são os textos, através dos quais efetivamente os falantes significam e se comunicam. Ao propor, então, uma análise das formas verbais como modos de exercer diferentes funções na linguagem – como as de narrar historicamente ou relatar como testemunha, de explicitar uma opinião, de indicar ações acabadas e/ou anterioridade – Benveniste apresenta, de certo modo, uma categoria textual de análise.

Referências

ARRIVÉ, M. Histoire, discours : retour sur quelques difficultés de lecture. *Linx*, Paris, n. 9, p. 159-168, 1997.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

CIULLA, A. O tempo dos verbos como categoria de análise textual. *Fragmentum*, Santa Maria, n. 56, p. 195-216, jul./dez. 2020.

GRUMBACH, J. Linguistique textuelle et étude des textes littéraires (à propos de *Le Temps* de H. Weinrich). *Pratiques: linguistique, littérature, didactique*, France, n. 13, p. 77-90, 1977.

REVAZ, F.; LUGRIN, G.; ADAM, J-M. Pour en finir avec le couple récit/discours. *Pratiques : linguistique, littérature, didactique*, France, n. 100, p. 81-98, 1998.

WEINRICH, H. *Le Temps*. Paris: Seuil, 1973.